

O gênero como categoria de subversão do patriarcado: diálogos e interseções entre Literatura e História

Camila Marchesan Cargnelutti¹

Marcus Vinicius Reis²

RESUMO: As discussões em torno dos estudos de gênero envolvem, necessariamente, a compreensão a respeito da existência de uma sociedade baseada historicamente em valores e em modelos patriarcais, falocráticos e heterossexuais, manifestando o domínio de uma parte da humanidade sobre a outra. Nesse artigo, partindo de uma breve contextualização sobre a multiplicidade em torno do conceito de gênero, pretendemos analisar a dimensão histórica e literária da construção da desigualdade, dos silenciamentos e das exclusões sociais e culturais referentes às mulheres. Nesse sentido, com a articulação do conceito de gênero nas discussões propostas, buscamos compreender como os campos de conhecimento representados pela Literatura e pela História também manifestaram esse processo de silenciamento e marginalização das mulheres. Por fim, defendemos a operacionalização do conceito de gênero como uma categoria de subversão do pensamento heterossexual e patriarcal, na medida em que nos permite a problematização, o questionamento e a relativização não só dos cânones nacionais, no âmbito da Literatura, como também de historiografias mais tradicionais, no âmbito da História.

PALAVRAS-CHAVE: gênero; mulheres; patriarcado; história; literatura.

Introdução - a multiplicidade do conceito de gênero

Segundo Margareth Rago (2012, p. 50), a emergência do gênero como campo de conhecimento a partir da década de 1980 significou, em linhas gerais, a consolidação de uma “construção social e cultural das diferenças sexuais” que não esteve circunscrita somente ao

¹ Doutoranda em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria (PPGL/UFSM). Mestre em Letras pela mesma instituição. Contato: camila.m.cargnelutti@gmail.com

² Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Faculdade de Formação de Professores. Contato: mv.historia@gmail.com

meio acadêmico. Seguindo essa linha de raciocínio, Joan Scott, historiadora e uma das principais precursoras dos estudos de gênero, defendeu a necessidade de os pesquisadores considerarem o gênero como uma identidade subjetiva, destacando não somente as mulheres, mas, também, os homens, como sujeitos que, nem sempre, cumpriram de forma literal ao longo da história os papéis sociais a eles destinados. Defendeu, assim, que as relações sociais estão intimamente ligadas às relações de poder, nas quais homens e mulheres se inserem de forma relacional em meio às “complexas conexões entre as várias formas de interação humana” (SCOTT, 1995, p. 89). Em síntese, gênero aparece no seu trabalho a partir de dois pressupostos básicos: como “elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e como “forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). Segundo a autora, compreender ambas as proposições significa analisar como os símbolos culturais referentes às mulheres são construídos historicamente e como os conceitos normativos são estruturados e difundidos de modo a determinar a elas uma dada função social (que não fuja da ordem definida por esses próprios conceitos).

O poder, ou as relações decorrentes desse âmbito, foi objeto ainda mais evidente em *Problemas de gênero*, trabalho realizado pela filósofa Judith Butler. As relações de poder, para ela, significaram muito mais do que uma simples negociação entre sujeitos binários - homens e mulheres -, pois os mesmos são capazes de operar na própria produção desse binarismo e mesmo na construção do conceito de gênero. Diante desses pressupostos, a autora se perguntou como reagiriam o sujeito e as categorias de gênero vigentes na medida em que a heterossexualidade – considerada em sua obra como “regime epistemológico” – fosse colocada em questionamento e, mais ainda, desmascarada (BUTLER, 2016, p. 8). Influenciada pelas obras de Michel Foucault, nas quais as noções de sexo, desejo e gênero devem ser investigadas a partir de uma análise crítica chamada de “genealogia”, defendeu a ideia de que “feminino” e “mulher” não devem ser compreendidas como categorias estáveis.

É, nesse sentido, que gênero aparece em suas reflexões como prática insistente e eivada de atos sociais, incluindo os de caráter normatizador. Os gêneros são construídos por repetição na medida em que os indivíduos vivenciam, constroem e reiteram suas funções sociais como homens ou mulheres, em que, ao mesmo tempo, os processos de emancipação são delimitados (BUTLER, 2016, p. 58-59). Há uma “*performance repetida*”, indica a autora, encarnada em seu trabalho a partir da noção de performatividade de gênero, que engloba o entendimento no qual os gêneros são definidos cotidianamente e continuamente. Por sua vez, o corpo “mostra ou produz sua significação cultural” (BUTLER, 2016, p. 201). As ideias de masculinidade e

feminilidade são, em consequência, construídas a partir das performances produzidas.

Em contrapartida, a busca por uma suposta “igualdade” entre os gêneros, na visão de Luce Irigaray, manifesta necessariamente a exigência de um termo de comparação: as mulheres se igualariam a quê? Segundo Butler (2016, p. 50), ao comentar os pressupostos de Irigaray, o gênero é entendido pela autora de *Je, tu, nous: por une culture de la différence* como uma parte essencial da posição hegemônica construída pelos homens. Neste artigo, publicado originalmente em 1990 na França e base fundamental desses argumentos, Luce Irigaray ancora-se essencialmente na construção de uma *cultura da diferença*. Assim, a autora questiona-se por qual motivo essas mulheres não poderiam simplesmente ser mulheres, no sentido de igualar-se a si mesmas somente, e não dependerem de qualquer outro elemento externo de comparação (sejam representados por homens, salários, posições sociais, cargos públicos, ou quaisquer modelos pré-prontos). Nas palavras de Butler (2016, p. 50), a estratégia de Irigaray consiste basicamente em desmascarar o binarismo masculino/feminino, pois se trata de um “ardil masculinista que exclui por completo o feminino”.

Ao invés de buscarmos uma igualdade com algo exterior à mulher, continua Irigaray, por que não inverter essa lógica e conceber as mulheres como referência de si mesmas, de sua própria compreensão e de sua própria história? Por que não pensarmos em mulheres como sujeitos complexos e completos, múltiplos e únicos? Por que, ao refletirmos sobre as construções sociais e culturais em torno de questões relacionadas a gênero e sexo, não partirmos de uma concepção na qual as mulheres não precisam ser consideradas em comparação com outro gênero para, então, existirem?

Diante dos questionamentos levantados, bem como das distintas interpretações relacionadas aos estudos de gênero, cabe afirmar que, independentemente dos posicionamentos teóricos, esses pressupostos envolvem necessariamente a defesa por parte dessas autoras a respeito da existência de uma sociedade baseada historicamente em modelos e valores patriarcais e falocráticos. Essa estrutura, que pode ser entendida como uma unidade do gênero resultante de uma prática reguladora heterossexual e compulsória (BUTLER, 2016, p. 57), manifesta o domínio de uma parte da humanidade sobre a outra, ou seja, do mundo dos homens (considerado superior) sobre o mundo das mulheres (visto como inferior). É a partir desse movimento, caracterizado por uma dominação marcante, que a heterossexualidade compulsória é não somente produzida, mas, também, difundida a partir da diferenciação entre um termo masculino e um termo feminino, sustentadas por um “desejo heterossexual” e por uma organização binária responsável por subjugar o feminino. Tanto é que Joan Scott defende a

necessidade de os estudiosos compreenderem quais os símbolos culturais referentes às mulheres são construídos nos mais distintos contextos, como forma de questionar a condição estática das categorias sociais, bem como a naturalização da hegemonia masculina nos processos históricos, na vida pública e na construção dos saberes.

Dentre as inúmeras consequências decorrentes dessa coerência interna e hierarquizante, destaca-se a necessidade de o pesquisador problematizar o âmbito da produção dos mais diversos saberes, a construção dos campos de conhecimento e o modo como as mulheres foram inseridas nesse processo ao longo da história, incluindo aí a definição dos espaços em que esse conhecimento foi produzido. Nas palavras de Michelle Perrot (2006, p. 16), expoente da disciplina História das Mulheres na França, trata-se de compreender não apenas o fato de que as mulheres possuem uma história: “elas são agentes históricos e possuem uma historicidade relativa às ações cotidianas, uma historicidade das relações entre os sexos”. No campo das teorias literárias, a mesma problematização esteve presente em paralelo aos questionamentos aqui levantados, cuja desvalorização da literatura de autoria feminina foi posta em xeque por uma série de pesquisadoras, bem como a necessidade de relativizar o próprio cânone literário a partir do momento em que o mesmo é constituído por intencionalidades, ideologias e subjetividades que, historicamente, favoreceram uma percepção falocêntrica e europeia.

Este trabalho pretende analisar, portanto, a dimensão histórica da construção da desigualdade, dos silenciamentos e negações referentes às mulheres, prevalecendo o interesse em discutir o próprio conceito de patriarcado e a longa duração referente ao que Judith Butler denominou de “heterossexualidade compulsória”. Por sua vez, é também interesse das reflexões que se seguirão discutir como a definição da Literatura e da História, enquanto campos de conhecimento a partir do século XX, acompanhou esse mesmo processo de silenciamento e exclusão referente às mulheres. Diante da proposta temática deste dossiê, defende-se o pressuposto de que a aplicação do conceito de gênero possibilita a esses dois campos de conhecimento o distanciamento de um contexto cuja produção de saberes é marcada pelo que Monique Wittig (2006) denominou de “pensamento heterossexual”. Como salientou Margareth Rago (2012, p. 25), a emergência do feminismo “não apenas tem produzido uma crítica contundente ao modo dominante de produção do conhecimento científico, como também propõe um modo alternativo de operação e articulação nesta esfera”. Sendo assim, busca-se entender como esses dois campos de conhecimento também são afetados por essas novas possibilidades de compreensão das análises históricas e literárias.

Uma dimensão histórica da desigualdade: contextos e a História como disciplina

Em uma sociedade patriarcal, a concepção da mulher como sujeito limitado ou como inferior – como o Outro, na visão de Simone de Beauvoir (1970, p. 179) – foi construída historicamente. Segundo a autora, “desde os primeiros tempos do patriarcado, [os homens] julgaram útil manter a mulher em estado de dependência; seus códigos estabeleceram-se contra ela; e assim foi que ela se constituiu concretamente como Outro”. Nesse contexto, as diferenças entre os gêneros foram transformadas em indicativos de inferioridade para as mulheres e, para justificar a suposta inferioridade do gênero feminino e, simultaneamente, legitimar a dominação das mulheres pelos homens, foram elencados uma série de argumentos provenientes da medicina, do conhecimento científico, da religião e da psicanálise. Publicado pela primeira vez em 1949, entende-se que o trabalho de Beauvoir é um marco essencial para o avanço dos estudos interessados em romper com uma versão da história em que a submissão das mulheres era dada como natural e a sua presença nos processos históricos era interpretada sem tamanho interesse por parte dos pesquisadores.

Assim, conforme salientou Virginia Woolf, as mulheres sempre foram alvos de uma série de pressupostos idealizados por uma heterossexualidade hegemônica, tornando-se espelhos pré-concebidos, em que toda uma ficção referente a elas foi construída pelos homens, sendo esta ficção compatível com as estruturas normativas. Por isso, o principal arquétipo correspondente a elas considerava a mulher como sendo “da máxima importância; muito versátil; heróica e mesquinha; maravilhosa e sórdida; infinitamente bela e terrivelmente medonha; tão importante como um homem e segundo alguns ainda mais” (1978, p. 59).

Retomando o trabalho de Beauvoir, ao questionar se, “em verdade, haverá mulher?”, a autora se tornou referência importante para a reflexão sobre o próprio conceito de “mulher” – problemática que, posteriormente, foi aspecto central entre as estudiosas do gênero. Ainda que tenha apontado as limitações referentes ao trabalho de Beauvoir, como o fato da autora ter subestimado o falocentrismo, Judith Butler não desconsidera a frase citada. Para a filósofa, “se há algo de certo na afirmação de Beauvoir [...] decorre que mulher é um termo em processo, um devir, um construir de que não se pode dizer com acerto que tenha uma origem ou um fim” (BUTLER, 2016, p. 59). Por essas razões, o reconhecimento de que a mulher é uma categoria construída historicamente implica, por sua vez, em analisar quais as dimensões históricas desse conceito e como as mulheres, nos mais variados contextos e recortes espaciais, estiveram inseridas em uma estrutura de dominação patriarcal. Para o âmbito das discussões a serem desenvolvidas neste item, interessa avaliar como essa dominação adquiriu coerência ao longo

do tempo e como a própria História - aliás, os historiadores - participou desse processo de silenciamento na medida em que as mulheres foram tardiamente reconhecidas como focos de análises historiográficas e como indivíduos capazes de produzirem essas mesmas análises.

Há uma opressão geral sobre as mulheres e que não está encerrada nos séculos XX e XXI. Trata-se de uma opressão historicamente construída, segundo Silvia Federici (2017), que, somente com a tomada de consciência sobre os processos de exclusão e opressão das mulheres a partir da dominação masculina, será possível alterar esse paradigma e mudar drasticamente essa situação. E, para compreender como essa construção se deu ao longo da história, Federici (2017, p. 17) pretendeu em *Calibã e a Bruxa* esboçar uma “história das mulheres na transição do feudalismo para o capitalismo”, situando esse contexto como o marco inicial de toda a exploração vivenciada pelas mulheres e que ainda possui ressonância no mundo contemporâneo. Desse modo, capitalismo e opressão, no entender da autora, estiveram relacionados na medida em que as práticas capitalistas são essenciais para que o pesquisador perceba como as relações sociais construídas pelas mulheres estiveram marcadas por um amplo contexto de exploração (FEDERICI, 2017, p. 27).

O fenômeno de caça às bruxas foi o recorte temático cujo trabalho de Silvia Federici buscou se debruçar, a fim de levar adiante a hipótese de que a opressão masculina às mulheres esteve relacionada à emergência do capitalismo e dos Estados Nacionais. Isso porque, segundo a autora, esse fenômeno correspondeu ao maior revés sofrido pelas mulheres entre finais do Medievo e início da Modernidade, na medida em que um novo padrão de feminilidade foi constituído e propagado pela estrutura dominante e masculina desse período. Em síntese, as mulheres foram, a partir do cada vez mais organizado processo de perseguição à bruxaria, destituídas de qualquer participação nos espaços públicos, sendo relegadas ao papel de reprodutoras, viúvas ou prostitutas. O espaço doméstico foi imaginado pelos discursos morais e religiosos do período como o local ideal para que as mulheres mantivessem suas honras e, assim, contribuíssem para a sustentação da ordem social vigente. Como consequência, as mulheres ficaram distantes das “relações coletivas e [dos] sistemas de conhecimento que haviam sido a base do poder das mulheres na Europa pré-capitalista” (FEDERICI, 2017, p. 187). Por consequência, o trabalho doméstico adquiriu nesse contexto uma importância essencial para a manutenção das mulheres nesses novos espaços:

[...] o trabalho doméstico não remunerado das mulheres tem sido um dos principais pilares da produção capitalista, ao ser o trabalho que produz a força de trabalho. Argumentamos ainda que nossa subordinação aos homens no capitalismo foi causada por nossa não remuneração, e não pela natureza “improdutiva” do trabalho doméstico,

e que a dominação masculina é baseada no poder que o salário confere aos homens (FEDERICI, 2017, p. 12).

Ressalta-se, no entanto, que esse processo de silenciamento e submissão das mulheres não esteve restrito apenas ao fenômeno de caça às bruxas, analisado por Federici, tampouco ao período compreendido entre os últimos séculos pertencentes às duas épocas anteriormente citadas. O patriarcado é, por exemplo, um conceito essencial para diversos historiadores interessados em defender a existência de uma longa duração referente a esse processo de consolidação da dominação masculina. Entre as historiadoras, Alison Rowlands (2003, p. 453), por exemplo, definiu essa noção como uma “forma historicamente específica de organização e exercício do poder político, legal, social, econômico e cultural que, geralmente (mas não exclusivamente), privilegia os homens sobre as mulheres”. Anne Barstow (1988, p. 12) chamou a atenção para a necessidade de os historiadores compreenderem esse conceito, em vez de negligenciá-lo, pois, por diversos momentos, esses pesquisadores trataram as mulheres como meros objetos de estudo, sem identidade. Também no campo da História, Elspeth Whitney (1995, p. 88) destacou a misoginia como outra importante noção a ser considerada entre os estudiosos, por se tratar da “expressão cultural da desconfiança patriarcal das mulheres”, além de ser uma categoria socialmente construída.

Sendo assim, pode-se afirmar que a literatura jurídica produzida nas mais diversas épocas contribuiu tanto para a definição do binarismo masculino/feminino, quanto para a reprodução de uma série de princípios hierárquicos e excludentes em relação às mulheres e encarnados no conceito de patriarcado. Por diversos períodos da história, o que predominou nas relações sociais entre homens e mulheres foi uma verdadeira estrutura de poder cujo maior objetivo de seus representantes residiu na perpetuação do que Butler (2016, p. 212) chamou de “heterossexualidade compulsória”. Ou seja, na medida em que o gênero historicamente se propôs como uma construção unitária, cujo objetivo primordial consiste em reafirmar o binômio masculino/feminino, o mesmo contribuiu diretamente para a manutenção de toda uma condição normativa decorrente dessa relação. Tem-se, portanto, a construção e a manutenção de hierarquias que, nas mais diversas épocas, visaram reproduzir as noções de inferioridade e de submissão pelas quais as mulheres deveriam ser condicionadas para a manutenção de uma dada ordem social.

Ademais, a construção histórica da exploração, da desigualdade, enfim, dos inúmeros silenciamentos referentes às mulheres pode ser visualizada para além dos contextos históricos - como os apresentados anteriormente - ou através do conceito de patriarcado, defendido por

uma série de pesquisadoras como forma de chamar a atenção para as mais variadas formas de dominação masculina existentes não somente no mundo contemporâneo. Em outras palavras, a construção histórica desses silêncios foi amplamente alimentada pelo modo como a própria História e a Literatura, por exemplo, foram constituídas como campos de conhecimento no decorrer do século XX. Assim, mesmo com o avanço da escola dos *Annales* na primeira metade deste século - incluindo aí a ampliação dos objetos de estudo, das abordagens e da importância de compreender as ações humanas ao longo do tempo -, as mulheres, segundo Perrot (2006, p. 19), permaneceram “marginais com relação à revolução historiográfica” encabeçada por March Bloch e Lucien Febvre. As razões para essa marginalidade foram, aliás, destacadas por alguns autores.

Ao refletir sobre os primórdios da disciplina História das Mulheres na França, Michelle Perrot (2006, p. 20) destacou o pioneirismo de outras ciências em detrimento de uma historiografia que, ao longo do século XX, permaneceu reticente com a ideia de identificar e analisar de fato a participação das mulheres nos processos históricos e, mais ainda, nos espaços de produção dos saberes, como as universidades. Por essa razão, afirmou que repensar a história da historiografia sobre as mulheres e do gênero significou, à época, questionar a política de produção do conhecimento vigente e repensar os paradigmas disciplinares. Em *As mulheres e a História*, Perrot (1995, p. 62) defendeu a construção de uma “história das relações entre os sexos” como forma de interromper um silêncio a respeito da presença das mulheres nas análises dos pesquisadores, bem como de reafirmar a delicada operação analítica da articulação entre discurso e prática social, principalmente para as épocas Medieval e Moderna, cuja visão masculina é predominante.

Joan Scott, aliás, destacou a existência de uma forte proximidade entre a emergência da História das Mulheres como uma disciplina independente e o campo da política, mais especificamente a política feminista, em que ambas tomaram fôlego a partir da década de 1960. A maior capacidade de mobilização e mudança no universo das relações de poder entre homens e mulheres foi uma das principais consequências dessa proximidade. Tratava-se, no entender da autora, de uma reação ao amplo esquecimento sobre as mulheres e sobre as suas histórias, muito por conta de uma invisibilidade presente também no espaço público, de uma naturalização dos silêncios em algumas sociedades e da necessidade de desconstruir uma narrativa histórica tradicional. Por isso, Perrot (2006, p. 15) afirmou que essa história “acompanha em surdina o ‘movimento’ das mulheres rumo à emancipação e à libertação. É a tradução, o efeito de uma tomada de consciência ainda mais vasta: a da dimensão sexuada da

sociedade e da história”. Valorizando os estudos sobre as mulheres, mais precisamente sobre as suas variadas histórias, as teóricas feministas defenderam que essas mulheres não deveriam ser analisadas como uma “essência biológica pré-determinada, anterior à História, mas como uma identidade construída social e culturalmente” (RAGO, 2012, p. 29), considerando as relações sociais e sexuais no seio das práticas reguladoras e dos discursos de poder.

Já o contexto de emergência do gênero como categoria de “análise histórica” pode ser entendido, segundo Joan Scott (1995, p. 89), a partir do crescente interesse por parte das pesquisadoras, principalmente, em pensar a diferença dentro da história das mulheres. Como consequência, a aplicação do gênero na História significou para as historiadoras mais do que o interesse em reparar a exclusão das mulheres nas análises dos pesquisadores ao longo das décadas precedentes. Raquel Soihet (2007, p. 282) pontua que, com a emergência do gênero, tratava-se de repensar as categorias de análise, bem como as formas mais eficientes para que fosse constituído de modo mais sólido o campo de estudos denominado “História das Mulheres e das Relações de Gênero”:

A fragmentação de uma idéia universal de ‘mulheres’ por classe, raça, etnia, geração e sexualidade associava-se a diferenças políticas sérias no seio do movimento feminista. Assim, de uma postura inicial em que se acreditava na possível identidade única entre as mulheres, passou-se a outra, em que se firmou a certeza na existência de múltiplas identidades (SOIHET, 2007, p. 287).

Questões emergentes das próprias mudanças que o campo da historiografia passou a vivenciar com o fortalecimento dos estudos voltados para a História Cultural e a defesa de uma interdisciplinaridade levaram as mulheres a cada vez mais se tornarem alvos dos estudos dos historiadores. Por isso, a década de 1990 apresenta um progressivo interesse em negar a noção de um “sujeito humano universal”, expressão marcante dos estudos das “mentalidades”, a partir do momento em que a inserção das mulheres na História obrigava os estudiosos a repensarem as categorias que até então dominavam a historiografia.

As implicações decorrentes desse novo ponto de partida para a História das Mulheres foram inúmeras e permanecem ainda nos dias atuais a partir das distintas abordagens empreendidas através do uso do gênero como categoria analítica, tanto no campo teórico, complementando ou mesmo propondo novas visões para além do que Joan Scott apresentou, como no campo da pesquisa histórica. Ainda assim, as resistências ao gênero permanecem.

Segundo Willem de Blécourt (2000, p. 291), a negação por parte dos pesquisadores da existência do patriarcado no passado pode indicar os receios entre os próprios de reconhecer

que, ainda hoje, o patriarcado permanece como sistema capaz de privilegiar socialmente os homens. Joana Maria Pedro (2011, p. 270), em um provocador e importante artigo, afirmou que “algumas pessoas parecem achar que as categorias ‘gênero’ ou ‘mulheres’, ‘mulher’, ‘masculinidades’, ‘feminilidades’, em nada contribuem para o conhecimento que constroem”. Mesmo com o abandono da “certeza da neutralidade”, a autora nota que a “acusação de ser uma história militante” ainda prevalece como principal motivo para a resistência ao gênero no campo historiográfico brasileiro.

Em síntese, pode-se afirmar que a construção dos campos de conhecimento como a História esteve largamente vinculada a uma tentativa de silenciamento das mulheres tanto acerca dos seus diversos passados, como no acesso das mesmas aos espaços de produção e difusão de saberes. Um contexto marcado por um “pensamento heterossexual” interessado, segundo Wittig (2006, p. 51) em construir uma “interpretação totalizadora da história, da realidade social, da cultura, da linguagem e de todos os fenômenos subjetivos”. Cabe avaliar, portanto, como esse pensamento também influenciou no desenvolvimento da teoria e da crítica literária - incluindo aí a relação com o patriarcado - e refletir sobre quais as possíveis saídas que as mulheres podem construir a partir dessas limitações existentes.

Patriarcado, emancipação e gênero na Literatura

O patriarcado não é um conceito abordado somente pelos historiadores e, principalmente, historiadoras interessadas em compreender como as estruturas de poder atuaram ao longo dos mais diversos contextos a fim de sustentar um padrão de dominação masculina sobre as mulheres. Kate Millet, por exemplo, é uma das principais teóricas feministas, debruçando-se também sobre o campo cultural e literário ao tratar de questões relacionadas à “política sexual”. Ao abordar a situação das mulheres no âmbito do sistema patriarcal, a autora afirmou que “delas se espera justamente que sejam passivas, que sofram, que sejam objetos sexuais” (1974, p. 198). Conforme salientou Millet, é por meio de processos de socialização – diferenciada para meninos e meninas – que se alcança, com mais ou menos sucesso, o desempenho desses papéis pré-determinados para as mulheres. Nesse sentido, os mecanismos de socialização constituem-se como uma maneira de reafirmar o poder patriarcal, sustentando e, ao mesmo tempo, fortalecendo a dominação masculina.

De acordo com Irigaray (1992), em um contexto sociocultural patriarcal, a situação das mulheres constitui-se de repressões, injustiças e anomalias. Na mesma sociedade em que a mulher é responsável por gerar e desenvolver a vida do outro em seu ventre, ela é excluída e

considerada como diferente (não semelhante ao homem, representativo do ser humano). Para Irigaray, a situação das meninas representa outra forma de marginalização feminina: sua socialização é sensivelmente distinta da dos meninos e, ainda que sejam concebidas por um homem e uma mulher, as meninas, desde a mais tenra idade, não recebem o mesmo tratamento legado aos meninos. Conforme salienta a autora, a ideologia patriarcal organiza-se de forma a promover o silenciamento e a exclusão da participação do gênero feminino, considerado como o outro: “allí donde el cuerpo femenino engendra en el respeto a la diferencia, el cuerpo social patriarcal se edifica jerárquicamente excluyendo la diferencia. El otro-mujer se queda en un substrato natural de esta construcción social, cuya aportación permanece oscura en su significación relacional” (IRIGARAY, 1992, p. 43).

Já no espaço da produção discursiva e literária das mulheres, de acordo com Luce Irigaray, todo esse processo de negação do gênero feminino e sua consequente caracterização como não-masculino encontra-se nas origens da exclusão histórica e cultural das mulheres. Isso ocorreria porque, uma vez inseridas no interior de uma ordem linguística patriarcal, tornar-se-ia incompatível para elas construir seus discursos e sentidos como mulheres. Nessa conjuntura patriarcal, destaca a autora, foi necessário – às mulheres que desejavam escrever – negar seu sexo, seu gênero e sua própria subjetividade em favor de uma suposta neutralidade, que nem sequer existe.

Em relação à produção literária, os próprios critérios de atribuição de valor a determinadas obras ao longo das construções dos cânones nacionais manifestam concepções ideológicas subjetivas que valorizam algumas produções e determinam a exclusão e o silenciamento de outras. Esses valores, conforme explica Terry Eagleton (2006), relacionam-se à ideologia como uma forma de manutenção e reprodução de estruturas de poder social. Mais do que supostas preferências pessoais e individuais, os juízos de valor literário e cultural “se referem, em última análise, não apenas ao gosto particular mas aos pressupostos pelos quais certos grupos sociais exercem e mantêm o poder sobre outros” (EAGLETON, 2006, p. 24).

Dessa forma, as reflexões em torno da questão dos cânones literários tornam-se fundamentais para compreendermos as relações ideológicas implícitas na construção das histórias literárias nacionais, assim como repensarmos os lugares das obras que foram marginalizadas nesse processo, particularmente, a literatura de autoria feminina. Para Alós (2012, p. 11), essa reflexão é essencial para revelar os cânones literários “como os maiores esteios de uma tradição euro/falocêntrica e racista, que privilegiou certas vozes em detrimento de outras na construção dos paradigmas de referência e de valoração estética”. Ao mesmo

tempo em que favorecem determinadas obras, esses cânones silenciam, marginalizam e excluem outras produções literárias, as quais, por serem representativas da alteridade - nesse artigo, as das mulheres, particularmente - podem promover rupturas nesse sistema, ao manifestar e dar voz à diferença em uma sociedade patriarcal.

Além disso seguindo a compreensão de Irigaray (1992, p. 17), a construção da diferença sexual em uma lógica patriarcal se manifesta não apenas em termos contextuais e extralinguísticos, mas na própria formação da língua: “la diferencia sexual no se reduce, entonces, a un simple don natural, extralingüístico. La diferencia sexual informa la lengua y es informada por ésta”. Dessa forma, a autora relaciona a própria negação histórica da palavra às mulheres à ordem linguística de fundamentação patriarcal, na qual o gênero gramatical feminino, em vez de constituir um gênero próprio, é “naturalizado” como negatividade em relação ao homem ou, como afirma Irigaray, como não-masculino.

Sin embargo, las civilizaciones patriarcales han disminuido hasta tal punto el valor de lo femenino que la realidad y la descripción del mundo que las caracterizan son inexactas. En lugar de constituir un género diferente, el femenino en nuestras lenguas se ha convertido en un no-masculino, es decir, en una realidad abstracta sin existencia. Si la propia mujer se encuentra a menudo reducida a la esfera sexual en sentido estricto, el género gramatical femenino se diluye como expresión subjetiva, y el léxico que concierne a las mujeres con frecuencia está compuesto de términos escasamente valoradores, cuando no injuriosos, que la definen como objeto en relación con el sujeto masculino. De ahí que a las mujeres les cueste tanto hablar o ser escuchadas en tanto que mujeres. El orden lingüístico patriarcal las excluye y las niega. Hablar con sentido y coherencia y ser mujer no es compatible (IRIGARAY, 1992, p. 17).

Conforme já sublinhado, a construção de uma *cultura da diferença* pode ser entendida como base principal do trabalho desenvolvido por Luce Irigaray em *Je, tu, nous: por une culture de la différence*. A concepção da autora parte não da defesa de uma suposta igualdade entre os gêneros, mas da elaboração de uma cultura do sexual a partir do respeito aos dois gêneros. Nesse sentido, na visão da filósofa e feminista belga, a igualdade tão defendida por alguns autores seria algo utópico e a liberação da mulher deve basear-se essencialmente na própria diferença entre os gêneros. Conforme salienta Irigaray (1992), se a exploração das mulheres estabeleceu-se através da reafirmação da diferença sexual entre homens e mulheres, somente pela diferença sexual será possível resolvê-la, superando-a – e não ignorando sua existência na constituição da sociedade atual ou tentando neutralizá-la.

Com esse entendimento, a obra de Irigaray vai de encontro à concepção de autoras como Shulamith Firestone (1976), feminista radical norte-americana, a qual defende uma revolução feminista que não apenas almeje a eliminação de qualquer tipo de privilégio dos homens em

relação às mulheres, como também a própria eliminação das distinções sexuais entre homens e mulheres. Para Firestone (1976), a não distinção é um passo fundamental para que as diferenças sexuais e biológicas não sejam fonte de argumentos para práticas discursivas, culturais e políticas que valoram negativamente o sexo feminino e determinam a opressão das mulheres na nossa sociedade. Conforme afirma Firestone (1976, p. 21), “a meta final da revolução feminista deve ser, ao contrário da meta do primeiro movimento feminista, não apenas a eliminação do *privilegio* do homem, mas também da própria *distinção* sexual: as diferenças genitais não mais significariam culturalmente”.

Ainda que Firestone e Irigaray concordem que as diferenças sexuais e de gênero estão no âmago da opressão cultural, social e política que assola as mulheres historicamente, as autoras discordam sobre como a liberação feminina poderia ser efetivada. Enquanto para a primeira, feminista engajada com o movimento radical norte-americano, a alternativa proposta passa pela não diferenciação entre as “classes sexuais”, como ela as denomina, para a segunda autora a liberação feminina somente será possível justamente pela via contrária: com a construção de uma cultura sexual fundamentada no respeito às diferenças, não na sua eliminação. Ou seja, na concepção de Irigaray (1992), não será através da “neutralização” que se alcançará o fim da exploração contra as mulheres, com sua consequente libertação. “Lo realmente importante, al contrario, es definir los valores de la pertenencia a un género que resulten aceptables para cada uno de los sexos. Lo indispensable es elaborar una cultura de lo sexual, aún inexistente, desde el respeto a los dos géneros” (IRIGARAY, 1992, p. 10). Tanto é que os questionamentos listados ainda na Introdução deste artigo, podem ser considerados como as problemáticas centrais levantadas por Irigaray ao longo de sua obra.

A autora defende que a mulher não deve mais almejar alcançar essa neutralidade, pois esse anseio parte, antes de tudo, de concepções originadas de uma cultura patriarcal. Conforme explica Irigaray (1992), a mulher deve, como forma de mudar realmente sua situação, justamente ir de encontro a essa visão, ou seja, assumir seu gênero feminino e sua identidade marcada pela diferença sexual, constituindo-se, assim, como mulher – um lugar próprio, que se constitua para além do lugar previamente demarcado como de inferioridade e de submissão.

É fundamental, segundo essa concepção, que as mulheres se afirmem como sujeitos em suas diferenças, obtendo, dessa forma, um estatuto subjetivo semelhante e/ou equivalente ao estatuto dos homens, reconhecendo-se como seres com subjetividade própria e singular, nem inferior, nem superior, apenas diferente. Essa mudança, contudo, passa pela necessidade de reconhecer e garantir o direito à dignidade de todos e de todas – uma dignidade *humana* que

promova a valorização das diferenças e não a exclusão e o silenciamento da alteridade. “Los sujetos no son idénticos ni iguales, y no conviene que lo sean. Particularmente, en el caso de los sexos. Se impone, por tanto, comprender y modificar los instrumentos socio-culturales que regulan los derechos subjetivos y objetivos” (IRIGARAY, 1992, p. 19). Mais do que transformações no sistema linguístico, esse processo teria consequências na transformação das leis que regem nossa sociedade, na construção de um sistema de justiça social calcado na diferença sexual (sem que isso seja definidor de inferioridade ou superioridade de um sexo sobre o outro), na desconstrução e reconstrução de histórias literárias e cânones nacionais, na modificação de instrumentos culturais, na abertura para processos de politização teórica e crítica, e na própria compreensão que temos, hoje, de conceitos como verdade e valor.

Considerações finais

As reflexões construídas ao longo deste trabalho não carregaram consigo a pretensão de fazer do gênero como o único conceito capaz de analisar como as relações de poder são constituídas ao longo da história, ou como categoria que possibilita aos historiadores e pesquisadores da Literatura se distanciarem de uma percepção falocêntrica e heterossexual no campo de produção dos saberes relacionados às suas áreas de estudos. Assim como destacado por Joan Scott (1995, p. 88), este artigo defendeu que a operacionalização desse conceito tem sido “uma forma persistente e recorrente de possibilitar [e problematizar] a significação do poder no ocidente”. Por isso, seja no universo dos questionamentos e relativizações acerca do cânone, cuja crítica literária feminista possui um papel fundamental nesse processo, ou nas refutações sobre uma historiografia tradicional pouco interessada em repensar as relações de poder ao longo da história, este artigo defendeu o gênero como categoria privilegiada para a visualização de novos diálogos e abordagens relacionados a esses campos de conhecimento.

Referências

- ALÓS, Anselmo Peres. A literatura comparada neste início de milênio: tendências e perspectivas. *Ângulo* (FATEA), n. 130, jul./set. 2012. p. 7-12. Disponível em: <<http://www.fatea.br/seer/index.php/angulo/article/view/1007/787>>. Acesso em: 27 dez. 2018.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. Trad. Sérgio Milliet. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BLÉCOURT, Willem. Early modern European witchcraft. Reflections on witchcraft and gender in the Early Modern Period. *Gender & History*, v. 12, n. 2, p. 287-309, 2000.
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. Trad. Waltensir Dutra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- FIRESTONE, Shulamith. *A dialética do sexo*. Trad. Vera Regina Rabelo Terra. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976.
- IRIGARAY, Luce. Yo, tú, nosotras. Trad. Pepa Linares. Madrid: Ediciones Cátedra, 1992.
- MILLETT, Kate. Política sexual. Trad. Alice Sampaio, Gisela da Conceição e Manuela Torres. Lisboa: Dom Quixote, 1974.
- PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Topoi*, v. 12, n. 22, p. 270-283, jan/jun. 2011.
- RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, Gênero e História. Santiago de Compostela: Cnt Compostela, 2012.
- ROWLANDS, Alison. Witchcraft and Gender in Early Modern Europe. In: LEVACK, Brian (org). *The Oxford Handbook of Witchcraft in Early Modern Europe and Colonial America*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul-dez/1995.
- SOIHET, Raquel. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.
- WHITNEY, Elspeth. The Witch “She”/The Historian “He”: Gender and the Historiography of the European witch-hunts. *Journal of Women's History*, v. 7, n. 3, p. 77-101, 1995.
- WITTIG, Monique. *El pensamiento herosexual y otros ensayos*. Trad. De Javier Sáez y Paco Vidarte. Barcelona: Editorial Egales, 2006.
- WOOLF, Virginia. *Um quarto que seja seu*. Lisboa: Veja, 1978.

RESUMEN: Las discusiones en torno a los estudios de género implican, necesariamente, la comprensión acerca de la existencia de una sociedad basada históricamente en valores y en modelos patriarcales, falocráticos y heterosexuales, manifestando el dominio de una parte de la humanidad sobre la otra. En este artículo, partiendo de una breve contextualización sobre la multiplicidad en torno al concepto de género, pretendemos analizar la dimensión histórica y literaria de la construcción de la desigualdad, de los silenciamientos y de las exclusiones sociales y culturales referentes a las mujeres. Así, con la articulación del concepto de género en las discusiones propuestas, buscamos comprender cómo los campos de conocimiento representados por la Literatura y la Historia también manifestaron ese proceso de silenciamiento y marginación de las mujeres. Por último, defendemos la operacionalización del concepto de género como una categoría de subversión del pensamiento heterosexual y patriarcal, pues nos

permite la problematización, el cuestionamiento y la relativización no sólo de los cánones nacionales, en el ámbito de la Literatura, sino también de historiografías más tradicionales, en el ámbito de la Historia.

PALABRAS-CLAVE: género; mujeres; patriarcado; historia; literatura.